

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Do Sr. Alexis Fonteyne)**

Requer a realização de Audiência Pública
debater a universalização do acesso ao
saneamento.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para realização de Audiência Pública conjunta em forma de Seminário com as comissões de Desenvolvimento Urbano; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e tributação; e Seguridade Social e Família, para debater o panorama do saneamento básico no Brasil e suas consequências para o desenvolvimento socioeconômico do país. Para esta Audiência Pública sugerimos convidar os seguintes convidados:

- Jônathas de Castro, da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR;
- Rogério Tavares, da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB;
- Diogo Mac Cord de Faria, da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia – ME;
- Pedro Henrique Fiorelli, do Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto – SINDCON;
- Percy Soares Neto, da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços de Água e Esgoto – ABCON;
- Benjamim Cimerman, especialista em Parasitologia Médica;
- Christianne Dias, diretora-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA);
- Cláudio Frischtak, Consultor da Inter.B e especialista em infraestrutura;
- Frederico Turolla, Doutor e Mestre em Economia de Empresas pela FGV-SP, com intercâmbio em International Economics and Finance (Brandeis University, EUA) e economista pela FEA/UFJF.

JUSTIFICATIVA

O tema é latente e torna-se cada vez mais difícil prescindir de sua discussão, uma vez que esta é uma área fundamental para a redução das desigualdades sociais, ambientais e econômicas, tanto intra e inter-regionais, como internacionais.

Há um desafio de proporções históricas que teremos de enfrentar rapidamente para definir que tipo de futuro queremos para o país – são 100 milhões de brasileiros que não têm acesso à coleta e tratamento de esgoto e 35 milhões não recebem nas suas casas água tratada. Esses números estão na origem da proliferação de doenças como diarreia, febre amarela, Zika e dengue, típicas de países nos quais boa parte da população vive em áreas em que os dejetos correm a céu aberto, de modo que não surpreende o recente aumento da mortalidade infantil. Há, ainda, uma calamidade ambiental: o descarte diário de 50% do esgoto gerado no país, sem tratamento e diretamente em rios, lagos e no oceano. Isso equivale a 6 mil piscinas olímpicas de dejetos, o que torna perigosamente mais crítico o quadro de restrição hídrica. O Atlas do Esgoto da Agência Nacional das Águas, por exemplo, informa que mais de 110 mil km de rios estão poluídos por terem contato direto com esgotos. Agrava essa situação o fato de o Brasil ter índices de perda que atingem em média 38% da água tratada. É como se, todo ano, o país desperdiçasse 6 vezes o volume útil total do Sistema Cantareira. Em complementação, são mais de 35 milhões de brasileiros que ainda não têm acesso à água potável no Brasil e 14,3% das crianças e adolescentes que não têm o direito à água garantido. Não se pode ignorar também que falta de saneamento é um problema que não atinge apenas estados e municípios pobres, visto que, em média, as 100 maiores cidades brasileiras tratam apenas 50,26% de seus esgotos; e apenas 10 delas tratam acima de 80% destes.

Apesar da posição ocupada pelo Brasil no cenário internacional em termos econômicos – 9ª economia do mundo –, o país detém a vergonhosa 62ª posição no ranking de saneamento que apura as condições do serviço em 82 países, o que é inadmissível para uma nação dessas proporções. Vale ressaltar, entretanto, que os investimentos em saneamento têm potencial para alterar a posição do Brasil em ambos os rankings supracitados – para cada R\$ 1 investido em saneamento, economizam-se R\$ 4 em despesas de saúde, e adicionam-se R\$ 2,50 ao PIB –, o que não pode ser ignorado por nossa população e por nossos tomadores de decisão. A redução dos custos com saúde no Brasil, gerada pela universalização dos serviços de água e esgoto, chegaria, destarte, a R\$ 1,45 bilhão ao ano, sem considerar ganhos associados à redução da mortalidade infantil.

Os benefícios da universalização do saneamento passam, inclusive, pela redução das desigualdades entre homens e mulheres. Segundo o estudo “O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira”, uma em cada quatro mulheres brasileiras não têm acesso adequado à infraestrutura sanitária e saneamento básico. O relatório também estima que a universalização do serviço tiraria imediatamente 635 mil mulheres da pobreza no

Brasil, a maior parte delas negras e jovens. Devido ao papel desempenhado pela mulher nas atividades domésticas e nos cuidados com pessoas, a falta de água afeta mais intensamente a vida delas do que a dos homens – o impacto desses problemas no tempo produtivo das mulheres é 10% maior que no dos homens. Como cuidadoras, elas são mais impactadas quando membros da família adoecem como resultado da inadequação do acesso à água, ao sistema de esgoto e à higiene. Também devido a esse papel, as mulheres estão em maior contato físico com a água contaminada e com dejetos humanos, quando a infraestrutura de saneamento é inadequada.

O acesso ao saneamento básico, além de melhorar suas condições de saúde, traria uma elevação média de 1,5% na renda das mulheres. Com isso, a remuneração média delas passaria de R\$ 1.826,35 por mês para R\$ 1.853,10 (2016) – o que corresponde a um acréscimo de renda de R\$ 321,03 ao longo de um ano por brasileira e um ganho total à economia do país de mais de R\$ 12 bilhões ao ano.

Por fim, cabe ressaltar que os benefícios advindos do saneamento básico não devem ser observados apenas pelo poder público: dados do Instituto Trata Brasil mostram que mais de 3,5 milhões de pessoas poderiam conectar suas casas às redes de esgotos nas 100 maiores cidades, mas não o fazem, principalmente por falta de informação e comunicação adequada. Assim, é imprescindível trazer o tema para a agenda nacional, buscando melhorar esses índices e possibilitar o desenvolvimento ao país, que investe menos na área em questão do que nos setores de transportes, energia e telecomunicações.

Destarte, observando as estatísticas apresentadas, solicito o apoio dos demais membros desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados no sentido da aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, 04 de junho de 2019.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 2019.

Deputado ALEXIS FONTEYNE

NOVO/SP